



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

03 de Abril 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 03/04/2014

Assunto: ENEM

Página: 34

DIÁRIO CATARINENSE

Nota da redação é divulgada

Brasília

Os estudantes que fizeram a edição do Enem 2013 podem ter acesso ao espelho de redação do exame. O acesso está disponível no endereço eletrônico do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado.

O candidato poderá ver a nota detalhada por competência avaliada no texto. Ao todo, os corretores avaliam cinco elementos: domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; compreensão da proposta de redação; capacidade de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações; capacidade de demonstrar conhecimento de mecanismos para argumentação e elaboração de proposta de intervenção, respeitando os direitos humanos.

O espelho permite ao estudante ver ainda a média de desempenho dos candidatos que fizeram a prova e em que categoria se encaixam. O tema da redação do ano passado foi *Os efeitos da implantação da lei seca no Brasil*.

Mais de 5 milhões de textos foram corrigidos

De acordo com o Ministério da Educação, foram corrigidas 5.049.248 redações. Desse total, metade foi encaminhada a um terceiro corretor.

Isso aconteceu em situações onde a nota do primeiro e do segundo corretor variou em mais de 100 pontos. No Enem 2012, a discrepância definida para a análise de um terceiro profissional era de 200 pontos. Na ocasião, pouco mais de 20% das notas foram analisadas pelo terceiro corretor. A edição de 2013 contou com 7.121 avaliadores.

De acordo com o MEC, 106.742 redações receberam nota zero na edição do ano passado. Desse universo, 1.398 textos (0,028% do total) não ganharam pontos por ter parte do texto *Deliberadamente desconectada com o tema proposto*.

Essa possibilidade foi incluída na última edição, após divulgação de redações com trecho de hino de time de futebol e receita de miojo.

Em contrapartida, 481 estudantes receberam a nota máxima da redação – 1 mil pontos. O maior percentual de alunos (27,9%) se concentrou na faixa que obteve entre 501 e 600 pontos, seguido daqueles que receberam entre 401 e 500 (24,9%). Apenas 0,9% dos candidatos obtiveram nota acima de 900 pontos na redação do Enem 2013.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 03/04/2014
Assunto: Sinte		Página: Online



Sinte vai ao Tribunal de Contas para esclarecimentos sobre gastos do Estado com educação

Sindicato quer abrir canal de diálogo com Tribunal, que aprova contas estaduais desde 1996 com ressalvas

Representantes da Executiva Estadual do SINTE/SC estiveram reunidos em audiência com o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Herneus de Nadal, que este ano será o relator do processo de prestação de contas do Governo do Estado.

O objetivo da audiência foi abrir um diálogo com o TCE, visando esclarecer as dúvidas do Sindicato em relação aos gastos com a Educação em Santa Catarina, visto que, desde 1996 as contas do Estado são aprovadas, com ressalvas e recomendações inclusive nesta área. A inclusão do pagamento dos inativos nos recursos da educação é o fato mais polêmico já denunciado pelo SINTE ao Ministério Público sem providências efetivas.

O Professor Luiz Carlos Vieira, Coordenador Estadual do SINTE/SC, detalhou as reivindicações dos trabalhadores no Magistério. Penso que seja a hora de encerrarmos definitivamente essa discussão com o esperado esclarecimento do Tribunal de Contas de Santa Catarina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 03/04/2014
Assunto: Entrevista formação de professores		Página: Online



O PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO 21

O pesquisador e professor português Antônio Nóvoa defende que o docente tenha postura mais reflexiva e troque experiências

Fonte: Revista Gestão Educacional

Outro professor e outra escola são necessários para atender às demandas do século 21, afirma o pesquisador e professor português António Nóvoa, um dos maiores especialistas em formação de professores. Ele esteve em São Paulo para o I Congresso Internacional e o III Congresso Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem – Diversidade no Ensinar e Aprender: Educação, Saúde e Sociedade, promovidos pela Associação Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem (Andea) e pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em agosto de 2013, e defendeu a necessidade de diálogo aberto com os colegas e a importância dos espaços para trocas de experiências. Antes do evento, Nóvoa concedeu uma entrevista exclusiva à Gestão Educacional. O ex-reitor da Universidade de Lisboa destacou que não se aprende por meio de um ensino transmissivo, mas a partir de pequenas redes e pequenos grupos, os quais não dependem apenas da proximidade física. Para ele, o desafio da aprendizagem não é mais a aquisição do conhecimento, mas fazer com que o aluno seja capaz de dar sentido às coisas, compreendê-las e contextualizá-las. Acompanhe a entrevista a seguir.

Gestão Educacional: Por que é necessário repensar o papel do educador na contemporaneidade?

António Nóvoa: Porque hoje as tarefas do professor são muito diferentes do que eram no passado. E os professores e as escolas vivem ainda em um mundo que em grande parte já não existe. Às vezes, nossas escolas se parecem com o brilho daquelas estrelas de que ainda vemos a luz, mas já estão mortas, extintas. Eu creio que precisamos de outro professor e de outra escola no século 21.

Gestão Educacional: Qual é o maior desafio no que se refere ao papel da escola no século 21?

Nóvoa: A aprendizagem é o grande desafio. O filósofo francês Michel Serres chama os novos alunos de geração do pequeno polegar. Ele explica que é uma geração que não se comunica, não pensa e não aprende da mesma maneira que as anteriores. Os



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

novos alunos têm outras maneiras de estar na vida, de aprender, de trabalhar com o cérebro, e nós ainda não nos adaptamos a isso, mas é preciso que essa adaptação se faça. Se não compreendermos isso, podemos criar um fosso geracional que dificultará encontrar as melhores maneiras de conduzir esses jovens à aprendizagem. No passado, aprendíamos uma coisa e depois comunicávamos essa coisa. Havia dois momentos: o de aprender e o de comunicar o que aprendíamos. Hoje, esses dois momentos não existem, porque é no próprio processo de comunicação que se gera aprendizagem e conhecimento. Por isso, a comunicação tem valor diferente do que tinha no passado, valor que, muitas vezes, não compreendemos ainda e não estamos suficientemente atentos a ele. Olhamos muitas vezes para a comunicação como indisciplina, incapacidade ou para o aluno que está disperso a fazer coisas que não as que pedimos para fazer, ao invés de conseguirmos utilizar a nosso favor esse potencial de comunicação que existe nas novas gerações.

Gestão Educacional: Como o professor deve ensinar os alunos da geração do pequeno polegar?

Nóvoa: Isso implica obviamente um conjunto de mudanças que leve à percepção de que, muito mais do que consumir conhecimento, é importante a criação de conhecimento na escola. É no ato da criação que se dá a dinâmica da aprendizagem. Mas é claro que não se cria em cima do nada, não se cria no vazio, mas a partir de um conjunto de atividades. [É preciso] perceber a importância das redes, pois não se aprende por meio de um ensino transmissivo, mas a partir de pequenas redes, de pequenos grupos que podem ser de proximidade física ou de internet. Esse potencial que está nas redes é imenso e se aprende por meio de um exercício de capacidade de ligar e sistematizar conhecimentos, muito mais do que a partir da ideia de que é preciso se apropriar do conhecimento e ter um ensino transmissível etc. Hoje, o desafio da aprendizagem não é o da aquisição do conhecimento. O nosso problema é fazer com que o aluno seja capaz de dar sentido às coisas, compreendê-las e contextualizá-las.

Gestão Educacional: Quais mudanças são necessárias para que a escola seja capaz de atender a esses desafios?

Nóvoa: Ela tem de ser uma escola também construída em redes, em espaços diferentes. A sala de aula é uma ideia que progressivamente vai desaparecer para se criarem outros espaços. E isso implica que os professores coletivamente se apropriem desses espaços e deem sentido ao seu trabalho escolar. Nós já não precisamos de bons professores, que deem boas aulas em salas de aula. É melhor que deem boas aulas do que más aulas (risos), mas não é disso que precisamos. Hoje precisamos de um professor capaz de trabalhar com os outros colegas, que seja capaz de organizar as atividades do conjunto da escola em sua imensa diversidade, e não como em uma fábrica.

Gestão Educacional: Se cada escola é única, qual é o caminho para melhor proveito do potencial delas?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nóvoa: Esse é um dos grandes desafios que temos pela frente. Eu me recordo daquela célebre frase de Jules Ferry [ministro francês da Instrução Pública no final do século 19], o homem que instalou o ensino laico, obrigatório e republicano, que disse uma vez, sentado em seu gabinete: “não há nada que me dê mais prazer na vida do que saber que neste dia, nesta hora, às 10 horas da manhã, todos os alunos, em toda França, estão a fazer o mesmo ditado”. Essa ideia de uniformização levada ao extremo por essa frase é obviamente o contrário do que precisamos hoje. Nós precisamos de uma escola que esteja enraizada na sociedade, em suas diferenças e que, por isso, seja capaz de construir projetos distintos e escolas diferentes. As escolas de formação de professores até 40, 50 anos atrás, em todo o mundo, chamavam-se escolas normais. E por que se chamavam assim? Porque eram escolas que pretendiam normalizar o ensino. Temos de fazer exatamente o contrário. Hoje, nós precisamos de escolas anormais. Precisamos de escolas que sejam o contrário dessa normalização e possam atender à diversidade de situações.

Gestão Educacional: Qual o papel do professor nesse processo?

Nóvoa: Todas essas mudanças levam a uma grande transformação do que são os processos de aprendizagem e, por essa via, isso também é papel do educador na contemporaneidade. O grande educador português Sérgio Niza diz que é preciso que os professores aprendam com a medicina a fazer diagnósticos. O professor precisa saber o que faz falta a uma criança ao invés de empurrá-la para fora da escola, de excluí-la da sociedade. Ele precisa utilizar o seu conhecimento em prol da inclusão e da capacidade de ensinar as crianças que não têm projeto escolar inscrito no seu percurso de vida. E, hoje, cuidar do aluno é cuidar de sua aprendizagem.

Gestão Educacional: Nesse contexto, qual a importância da formação continuada e da atualização do professor?

Nóvoa: Para que esse professor capaz de trabalhar com os outros colegas possa emergir, é preciso que haja um trabalho permanente de formação continuada. Uma formação continuada que não é ir fazer cursos, simpósios ou encontros, mas que está no interior do próprio trabalho da escola. A formação continuada se faz nesse exercício de procura, de reflexão e de debate. Muitas vezes, é preciso convidar alguém para ir à escola trabalhar com o grupo certas matérias ou as questões de tecnologia. Mas a formação continuada não é fazer curso disso ou daquilo, porque isso é completamente inútil do ponto de vista da formação continuada. No fundo, o que eu disse sobre a aprendizagem é coerente com a organização da escola: no interior da organização da escola está o problema da formação continuada do professor.

Gestão Educacional: No Brasil, várias reformas educacionais já foram feitas. Entretanto, os cursos de formação docente continuam obsoletos. A formação docente deve ser encarada como prioridade para resultados eficientes?

Nóvoa: Antes da formação docente, há um problema que hoje se equaciona em todo mundo: nós só conseguimos resolver muitos problemas da escola se conseguimos atrair para a profissão docente os melhores jovens, os mais motivados etc. Por muitas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

razões, os jovens não vêm para a profissão docente no Brasil nem no mundo. É uma profissão desprestigiada, muito violenta e muito difícil, mas que as pessoas acham que é fácil de desempenhar. Depois, temos um grande investimento para fazer na formação docente, e os cursos de formação estão totalmente inadequados e desajustados. Hoje, eles pararam no tempo e não têm sido capazes de se renovarem e se reorganizarem. Há ainda um terceiro problema, e que talvez seja o maior de todos, que é a fase de indução profissional, isto é, quando a pessoa acaba o curso e começa a ser professor. Esses dois ou três primeiros anos iniciais, momento em que se introduz alguém na profissão, são os anos decisivos do professor. Há 50 anos sabemos que esses são os anos mais importantes; no entanto, as pessoas estão completamente desprotegidas e sozinhas. E, depois, a formação continuada na perspectiva de que já falamos, ou seja, centrada na escola e em práticas de formação cooperada. No fundo, temos etapas importantes: o recrutamento, que é um tema muito importante das políticas públicas hoje, os programas de recrutamento do professor, a fase de indução profissional e, depois, a formação continuada.

Gestão Educacional: Qual a importância da valorização do professor nesse processo?

Nóvoa: Claro que as questões salariais são muito importantes nesse processo. Eu sempre digo aqui no Brasil que não há grande diferença entre o salário de um professor primário e o de um professor da universidade em Portugal. Já aqui há uma diferença enorme entre um e outro. Há também um problema de afirmação de uma cultura profissional, a qual chamo de colegialidade docente, que é a capacidade de trabalhar em conjunto. Tudo isso são fatores muito importantes de afirmação do prestígio do professorado, mas é claro que é uma guerra que vai demorar muito tempo.

Gestão Educacional: Como isso deve acontecer na prática?

Nóvoa: Depende muito de fenômenos que são internos e externos. O estatuto salarial e as condições de trabalho nas escolas – porque não há prestígio quando o professor está em duas ou três escolas – são exemplos de fenômenos externos. Outro [fenômeno] muito importante (que por razões históricas seria complicado explicar agora) é que os professores perderam o controle da formação dos professores, isto é, quem forma o professor não é outro professor. Ele é formado por pessoas que estão nas universidades e, muitas vezes, nunca entraram em uma sala de aula. Houve um afastamento entre a profissão e a formação. Isso desprestigia porque transforma a formação numa coisa mais técnica do que propriamente profissional. É preciso políticas que valorizem salarialmente o professor e que, nas universidades, aproximem os professores da formação. Os problemas internos à profissão residem em uma espécie de cultura individualista, na dificuldade de trabalhar em conjunto e nas dificuldades de ter práticas de avaliação da profissão. Por exemplo, um professor pode conviver facilmente com outro, em uma sala de aula ao lado da dele, que trata mal os alunos e é incompetente. O professor pode viver 10, 20 anos com isso porque sabe que, se for levantar algum problema, isso vai trazer um conflito. Os médicos, por exemplo, não convivem com isso. Se um médico cometer dois ou três erros profissionais, as pessoas reagem. Há uma dinâmica de autoavaliação no interior da profissão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Gestão Educacional: Em muitas escolas, os alunos questionam a autoridade do professor e, até mesmo, são violentos. Como o professor pode fazer o aluno respeitar o ambiente à sua volta?

Nóvoa: As gerações anteriores sempre acham que se perdeu autoridade e que já não há respeito. O que se escrevia há 50 anos sobre autoridade e desrespeito é muito pior do que se passa hoje. Eu não digo que hoje não há problema; é claro que há, mas é preciso distinguir duas ordens de problemas: o discurso da indisciplina e o discurso da violência, que é inaceitável, porque violência na escola não pode acontecer de forma alguma. A indisciplina também não, mas é preciso ver de que tipo de situação estamos falando. E é preciso inteligência para lidar com isso. Acho que há muitos professores que têm uma espécie de autoridade natural, que se impõe por ela própria, e há professores que, por mais autoritários que sejam, não têm autoridade nenhuma. Aliás, isso nos remete ao pensador suíço [Jean Jacques] Rousseau, quando escreveu no livro Emílio que “a criança só deve fazer o que quer”. Essa frase é sempre citada pelos educadores, mas as pessoas não leem o que ele escreveu a seguir: “mas só deve querer aquilo que os professores querem que ela queira. A criança não deve dar um passo sem que o professor saiba o que ela vai fazer, a criança não deve abrir a boca sem que o professor saiba o que ela vai dizer”. Isso é a ideia de uma autoridade que não se impõe pela força, mas pela capacidade de perceber o aluno e compreender o que ele vai fazer. Agora, se o professor deve ter autoridade? Claro, mas, para mim, a melhor definição é a do [filósofo alemão Immanuel] Kant, quando ele diz que o professor deve ter autoridade, mas que ela deve ser posta sempre a serviço da liberdade do aluno. Eu acho que é o ensinamento mais importante na área da educação: a autoridade não é para formar escravos, mas cidadãos livres e, por isso, ela deve ser posta a serviço da liberdade do aluno.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 03/04/2014
Assunto: Inovar na educação		Página: Online



INOVAR NO APRENDIZADO É POSSÍVEL

Novas práticas e ferramentas podem fazer a diferença na hora de melhorar o processo ensino-aprendizagem

Fonte: Revista Gestão Educacional

“O dia é 7 de setembro de 1822. Eu e meus colegas estamos cavalgando atrás de Dom Pedro de Alcântara de Bragança, que segue para o riacho Ipiranga. A nossa expectativa é que iremos vivenciar um momento único na história do País”. O cenário dessa passagem aconteceu há quase dois séculos, mas pode ser recontado na sala de aula por meio de práticas pedagógicas diferenciadas como o role playing game, ou RPG, um jogo que consiste basicamente na criação e na interpretação de personagens em um universo fictício ou não.

Inovar, seja com materiais tradicionais do ambiente educacional, como lápis e papel, ou com as novas tecnologias, como os computadores e os celulares, é algo estritamente necessário para que o professor compreenda os alunos que estão presentes hoje nas escolas e torne suas aulas mais atrativas para esse novo público. “O que eu vejo como mais relevante mesmo é trazer o contexto em que essas crianças vivem para dentro da sala de aula. Quando você afasta a tecnologia da escola, você cria um mundo à parte do mundo em que elas vivem, porque, hoje em dia, as crianças têm celulares com acesso à internet, computadores em casa, notebooks. É um mundo que elas já conhecem. Então porque não utilizar, dentro da escola, uma ferramenta que elas já têm, já conhecem e gostam de usar?”, indaga Mariana Ferreira Gomes Correa, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Guilherme Xavier, desenvolvedor de jogos, escritor CEO da Donsoft Entertainment, concorda: “A escola absorver para si, para sua prática, questões oriundas de uma sociedade informativa, que é essa que a gente está vivendo, não só é necessário, mas também fundamental”. A Profissão Mestre conversou com os educadores durante a III Feira Cultural do Livro de Ouro Preto Conexão @OuroPreto, em novembro de 2013, onde ambos ministraram oficinas.

Se existe o consenso de que as novas tecnologias devem ser inseridas no cotidiano escolar, há também um grande obstáculo: Como o professor pode capacitar-se e diminuir a lacuna em conhecimento sobre tecnologias que existe entre alunos e docentes? É algo que pode ser solucionado por meio do empirismo. “O processo de reciclagem passa pelo interesse em saber o que está acontecendo, em ver o que os



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

alunos estão usando. Do ponto de vista de um profissional que tem que estar sempre antenado, isso é extremamente necessário”, atesta Xavier. Essa prática também é defendida por Tulio Drumond, diretor de programas e roteirista da Rede Minas de televisão, outro palestrante do evento. “É um processo de aprendizagem um pouco diferente do tradicional. É preciso que a pessoa veja o que é assimilável, para ela, da tecnologia. Não há um método criado para todas as disciplinas, mas para cada uma é preciso que o professor encontre qual é a interface, a nova mídia ou o elemento tecnológico que possa ajudá-lo na sua didática”.

Outro risco existente no uso de aparelhos tecnológicos em sala de aula é a distração, que ainda é vista por muitos como um problema, mas que pode ser benéfica: “Todos nós, quando usamos o computador para trabalhar, paramos para ver o e-mail, damos uma olhada para ver se tem uma notificação no Facebook. Eu acho que esses momentos, esses intervalos são necessários. A mente humana não consegue se focar por uma, duas horas direto, sem um intervalo”, afirma Mariana. Já para Xavier e Drumond, a alternativa é fazer com que os alunos se apropriem da tecnologia para aprenderem até mesmo durante o descanso. “Antes de buscar uma relação antagônica entre o conteúdo programático e algo que distraia o aluno, é preciso pensar em como o aluno, distraído-se, pode estar aprendendo; como esse aprendizado pode ser algo tão natural para o aluno como quando ele era bebê e aprendeu a andar, falar, brincar”, explica o desenvolvedor. Já Drumond acredita que, como os alunos já são acostumados com os dispositivos, a aprendizagem é menos trabalhosa: “Eu enxergo como saída para o professor trazer esse aluno com essa interface para dentro da sala de aula e propor desafios mais dinâmicos, porque o aluno passa a ver outro uso para aquela determinada interface, para aquele hardware”.

Confira a seguir sugestões de atividades que utilizam tanto as novas tecnologias como os materiais já tradicionais da sala de aula.

Criatividade com o computador

O computador já é um elemento bastante comum nas escolas. Segundo dados da pesquisa TIC Educação 2012, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), a ferramenta está presente em todas as 856 instituições entrevistadas e, entre elas, 74% contam também com computadores portáteis (notebooks e netbooks). Mesmo assim, o que se vê ainda são professores que utilizam os PCs apenas para mostrar apresentações de slides ou vídeos, muitas vezes ignorando a interatividade e o imediatismo que a ferramenta propõe.

Mariana Correa, pesquisadora da PUC-Rio, defende que o bom uso dos computadores passa não só pela aula expositiva, mas também pelos momentos em que os alunos “põem a mão na massa”. “É válido ter um momento expositivo, com certeza, mas o mais interessante é que o aluno possa mexer nisso. No curso, eu estava mostrando para os professores uma ferramenta colaborativa que a gente pode usar: o Google Drive (drive.google.com), no qual você tem, digamos, um pacote Office, podendo criar documentos, planilhas etc. Na sala de aula, você pode criar um texto colaborativo, com todo mundo escrevendo em tempo real ali. Você vai ver a contribuição de cada



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

um, enquanto está construindo aquele momento”, exemplifica Mariana, que defende que o ideal não é um computador por aluno, mas que vários estudantes utilizem a mesma máquina. “Assim, você promove o trabalho não só com a tecnologia, mas ao mesmo tempo está tendo uma discussão, porque todos eles estão participando”, justifica.

Mariana também acredita que o professor não deve procurar plataformas específicas para a educação, mas sim adaptar e utilizar as ferramentas que já estão presentes em seu dia a dia. “Quando você tem que trazer uma tecnologia exclusivamente para a sala de aula, há todo um processo de aprendizado daquela ferramenta que está dissociado do que você já faz. Sugiro que o professor use o YouTube, o Google, o Google Drive e as ferramentas incluídas ali”, afirma a pesquisadora, que vai além e indica uma proposta diferenciada: “Por que não usamos as videoconferências para falar com profissionais de áreas específicas que não podem vir para a sala de aula dar uma palestra? Se você fizer uma videoconferência, eles estarão disponíveis para atender às dúvidas dos alunos. A gente tem essa possibilidade de aproximar as pessoas que normalmente nunca teríamos contato”.

Vivenciando a História

Criado em 1974, o role playing game, ou RPG, é um jogo que consiste basicamente na criação e na interpretação de personagens em um universo fictício ou não. Os jogadores obedecem às instruções do mestre do jogo, que é quem conta a história e dita os rumos do jogo. Por causa dessa estrutura simples, mas versátil, o RPG pode ser uma boa alternativa também para quem quer inovar na sala de aula, sem nem mesmo precisar das novas tecnologias.

Para Tiago Silvério, pesquisador da PUC-Rio e que também palestrou na III Feira Cultural do Livro de Ouro Preto Conexão @OuroPreto, o jogo se encaixa no cotidiano da escola. “O RPG pode muito bem ser aplicado na escola, principalmente para aulas de História, de Redação e de Português”, afirma Silvério, que sugere um importante momento histórico do Brasil como pano de fundo para uma partida de RPG em sala de aula: a independência do Brasil. “E se eu falar que vocês estão no Brasil Imperial, cada um com o seu cavalo, indo junto de Dom Pedro. Eu lhes dou a opção: o que vocês vão fazer? Eu posso criar uma narrativa. ‘Nós vamos seguir Dom Pedro’. Então eles seguem Dom Pedro e eu vou narrando o que está acontecendo, o ambiente etc. Estou botando eles na história. Eu não estou contando a história para eles, a história é deles, eles são parte da história e [o fato de] estarem inclusos nisso torna a coisa mais interessante. Você não está só ouvindo, você está participando e isso é legal para todo mundo: criança, adolescente, adulto, idoso”, explica.

O ponto positivo para o jogo em questão é que ele não necessita de aparatos tecnológicos (pelo menos não na hora de jogar). Basta o professor pesquisar e compreender a essência do RPG. “O professor deve também perder o preconceito sobre o RPG, buscar livros sobre o jogo para saber o que é e como usar. RPG não é difícil, pois qualquer um sabe contar uma história”, complementa Silvério. O pesquisador destaca também que a atividade pode tanto ter um olhar didático como ser



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

um momento mais lúdico, de lazer. “Se o professor quer contar uma história, um fato que aconteceu no Brasil, ele pode dizer o que está acontecendo, dependendo do que aconteceu na realidade, baseado em fatos. Agora, se ele quiser fazer uma atividade lúdica, para estimular a criatividade das crianças ou então incentivar adolescentes e adultos a pensarem como crianças, o que é uma coisa muito boa, o professor pode dar a eles a liberdade de criar”, diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 03/04/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Discussão de gênero trava votação do PNE na Câmara

A sessão de ontem (2) da comissão especial que analisa o Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados foi marcada pela discussão de gênero. Grupos religiosos lotaram o plenário 1 da Casa com faixas e cartazes que pediam que a questão seja retirada do texto do plano.

O assunto trava o debate do PNE desde a última reunião, no dia 19 de março. A comissão já extrapolou a previsão inicial de votação, que era até meados do mês passado.

Agora, a expectativa é que o plano seja votado até o final do mês. O projeto ainda tem que passar pelo plenário da Câmara e a previsão é que, em maio, o PNE seja sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

O PNE estabelece metas para a educação a serem cumpridas nos próximos dez anos. Entre as diretrizes, estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. O plano também destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – atualmente são investidos no setor 5,3% do PIB brasileiro.

Está também no plano o ponto de discussão "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Para grupos religiosos, isso significa que a diversidade será discutida em sala de aula, o que vai "obrigar as crianças a aceitar com naturalidade aquilo que é antinatural", como diz cartilha da associação católica Pró-Vida de Anápolis.

O trecho havia sido modificado no Senado Federal e passou a figurar como "erradicação de todas as formas de discriminação". O relator, Angelo Vanhoni (PT-PR), decidiu retomar o texto aprovado pela Casa. "A escola é um espaço privilegiado, por isso o PNE, na minha opinião, está apontando que nós devemos desenvolver este princípio dentro das nossas políticas". Segundo ele, o Brasil é um país machista e com muitos preconceitos e é pela educação que se poderá mudar essa mentalidade. "Qual o melhor ambiente para mudarmos os valores, criar uma cultura de respeito? Ensinar que o valor humano não está na cor, na orientação sexual ou na questão de gênero?", questionou o parlamentar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A sessão foi encerrada sem contemplar todos os inscritos. Foram agendadas duas reuniões, nos dias 8 e 9, quando se pretende iniciar a votação. Ao todo, foram recebidos 23 destaques.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 03/04/2014
Assunto: Fundo Fies		Página: Online



Comissão de Orçamento aprova R\$ 4,9 bilhões para o Fies

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou hoje (2) o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/14, que abre crédito suplementar de R\$ 4,9 bilhões no orçamento fiscal da União deste ano. Os recursos destinam-se ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que concede bolsas a estudantes matriculados em universidades particulares.

De acordo com o projeto de lei, o crédito garantirá o financiamento tanto de novas contratações quanto de renovações semestrais de financiamentos já existentes. O projeto será analisado agora em uma sessão do Congresso – a próxima está marcada para o dia 15 deste mês.

O Fies oferece cobertura de até 100% do valor da mensalidade, com juros de 3,4% ao ano. O contratante só começa a quitar o financiamento 18 meses depois de formado.

No ano passado, foram formalizados 556,5 mil contratos, informou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Desde 2010, foram firmados mais de 1,16 milhão de contratos.